

CORPORATIVISMO E DESIGUALDADE

Que características da nossa institucionalidade política contribuíram para a diluição das fronteiras entre as esferas pública e privada no Brasil?

Que tipos de instituições surgiram ao longo da nossa história republicana, e quais as suas consequências no plano da sociedade, no que tange à incorporação de diferentes atores políticos ou à sua exclusão?

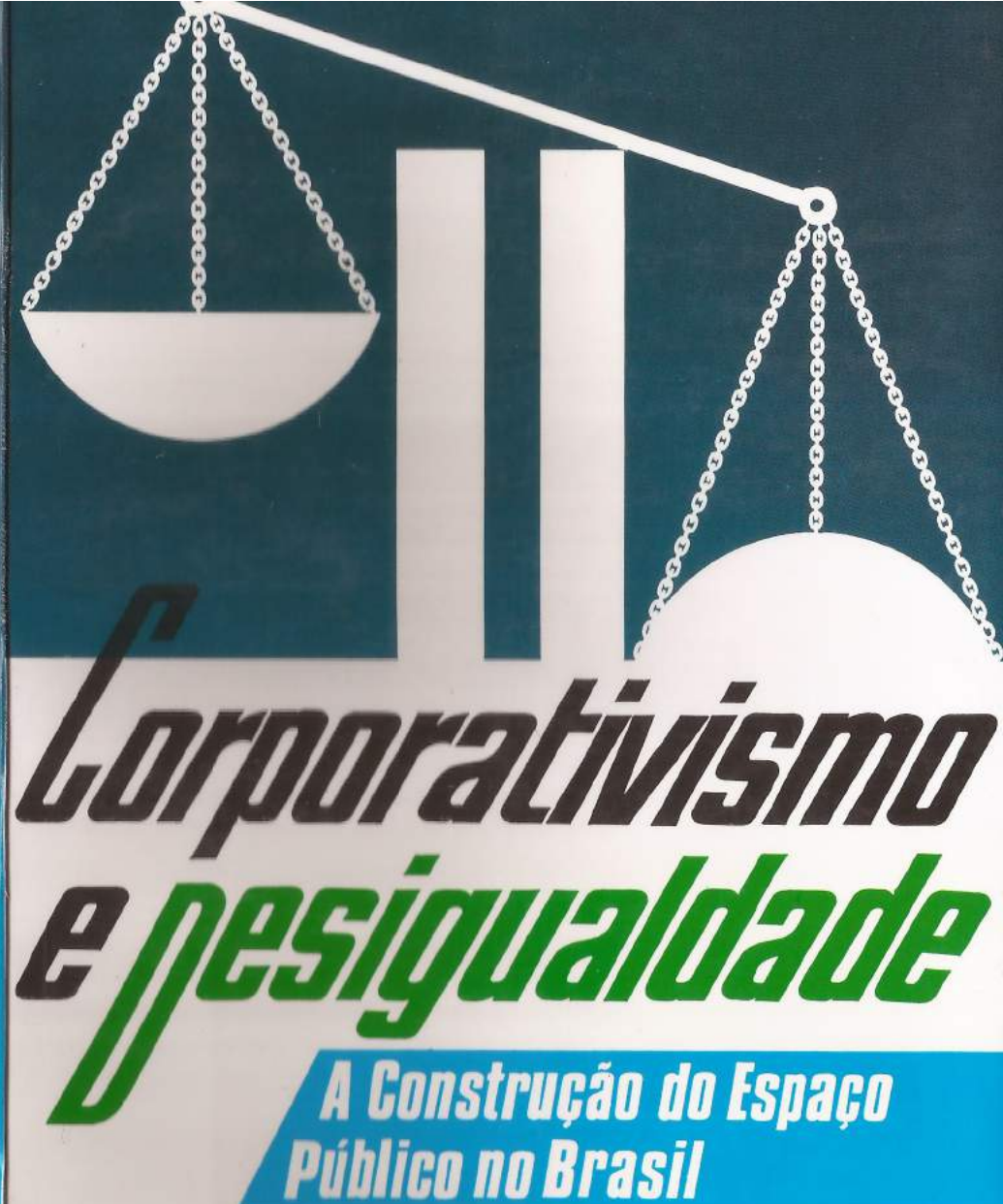
Essas e outras questões situam-se, hoje, no centro das preocupações relativas à consolidação da democracia no país. Este é um livro, portanto, de inegável atualidade e relevância.



NASCENTE
DE UM LIVRO
MELHOR

ISBN 85-85297-40-9

Renato R. Boschi



Corporativismo e Desigualdade

**A Construção do Espaço
Público no Brasil**

Organizador:

Renato R. Boschi

IUPERJ



RIO FUNDO
EDITORA

CORPORATIVISMO E DESIGUALDADE

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL

Este livro reúne trabalhos de diferentes autores, preocupados em apontar as características da institucionalidade política gestada ao longo da nossa vida republicana, principalmente em momentos marcantes de redefinição nas relações entre o Estado e a sociedade, como foram o período de sua implantação e a ruptura dos anos 30.

Fruto de um embate entre tendências liberais, de um lado, e autoritário-conservadoras, de outro, a República brasileira, muito embora tivesse logrado igualdade no plano da participação política com a plena extensão do sufrágio, exacerbou a desigualdade no plano social, através das políticas de crescimento econômico e das instituições montadas para a sua implementação. Num quadro de fortes crises em relação ao sistema internacional, as ten-

CORPORATIVISMO E DESIGUALDADE

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL

Apoio da Fundação Friedrich Naumann

tativas de redução do atraso econômico não puderam prescindir de um alto grau de intervencionismo estatal, viabilizado pela implantação de estruturas decisórias claramente centralizadas e excludentes.

O corporativismo que se instaurou no Brasil aparece, então, como a epítome deste modelo “tenso” de monitoramento da participação pela via liberal, de um lado, e de autonomia estatal pela via do autoritarismo decisório, de outro. Longe de estarem resolvidas, essas questões se situam hoje, assim como ao longo de toda a história republicana brasileira, no centro da agenda de preocupações, como o dilema fundamental em relação à consolidação da democracia no país. E particularmente num momento em que se questiona a eficácia do próprio regime republicano presidencialista no sentido de dar conta das questões de crescimento econômico, igualdade e estabilidade democrática, os temas aqui tratados se revestem de especial atualidade e relevância.



RIO FUNDO
EDITORA

Fundada em
15 de agosto de 1989

Editor: José Celso de Macedo
Soares Guimarães

CORPORATIVISMO E DESIGUALDADE

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL

ORGANIZADOR:

RENATO R. BOSCHI

IUPERJ



RIO FUNDO
EDITORA

© Copyright 1991 by IUPERJ

Capa: Artes & Artistas

Revisor: Alberto Fernando de Araújo
Programação Visual: Produção da Rio Fundo Editora
Ltda.

Produtor Gráfico: José Carlos Leal da Silva

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

1991

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros. RJ.

C836 Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil / organizador, Renato R. Boschi. — Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., : IUPERJ, 1991.

Bibliografia.

ISBN 85-85297-40-9

1. Corporativismo — Brasil. 2. Brasil — Política e governo. 3. Interesse público — Brasil. I. Boschi, Renato Raul. II. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

91-0702

CDD — 320.981

CDU — 32(81)

Direitos desta edição reservados à

Rio Fundo Editora Ltda

Rua da Assembléia, 100, 8º andar

Tel.: 232-3429

CEP 20011 — Centro

Rio de Janeiro — RJ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
O CORPORATIVISMO NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	11
<i>ELI DINIZ / RENATO R. BOSCHI</i>	
REPÚBLICA E ÉTICA, UMA QUESTÃO CENTENÁRIA	31
<i>JOSÉ MURILO DE CARVALHO</i>	
PODER PRIVADO E CONSTRUÇÃO DE ESTADO SOB A PRIMEIRA REPÚBLICA	43
<i>ELISA P. REIS</i>	
REPÚBLICA, TRABALHO E CIDADANIA	69
<i>ÂNGELA DE CASTRO GOMES</i>	
CEM ANOS PENSANDO A POBREZA (URBANA) NO BRASIL	81
<i>LÍCIA VALLADARES</i>	
ORIGENS DO CORPORATIVISMO BRASILEIRO	113
<i>VANDA MARIA RIBEIRO COSTA</i>	

CEM ANOS PENSANDO A POBREZA (URBANA) NO BRASIL

Lícia Valladares

O propósito deste artigo é recuperar, a partir de uma vasta literatura, as imagens e representações que a pobreza urbana vem suscitando no Brasil ao longo dos últimos cem anos. Não se trata aqui de examinar a evolução da pobreza em si, nem de discutir seus indicadores¹, mas tão-somente de discorrer sobre a mudança constatada na maneira de conceber e definir a pobreza e seus sujeitos ao longo da constituição do país enquanto nação moderna e urbana. Interessa sobretudo analisar a evolução das categorias "pobreza" e "pobre", as noções que elas exprimem, seus sinônimos, suas associações e oposições verbais no contexto das mudanças econômicas e sociais que vêm marcando a sociedade urbana brasileira.²

A literatura que está na base desta reflexão é ampla e variada, remetendo a conjuntos de textos que costumam ser tratados em

¹ Análises da pobreza baseadas em dados dos Censos e das PNADs foram realizadas por Pastore *et alii* (1983), Hasenbalg e Silva (1988) e Silva (1989).

² Este texto tem, no entanto, um caráter preliminar. O estímulo inicial partiu de José Murilo de Carvalho por ocasião do curso "Sociedade e Política no Brasil: Cem Anos da República", por ele coordenado no IUPERJ em 1989. Três meses passados em Cambridge, no Centre of Latin American Studies, ofereceram a tranqüilidade necessária à pesquisa bibliográfica e a uma primeira redação.

separado: (a) a produção recente de historiadores que discutem a transição para uma nova ordem com o advento da República e que analisam a formação e as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora na virada do século no Rio de Janeiro e em São Paulo; (b) trabalhos de origem mais sociológica e econômica que se detêm sobre o processo de urbanização no Brasil e examinam as transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho impulsionadas pela industrialização e terciarização; (c) e, ainda, uma série de textos voltados para a análise das camadas populares, rotulados na academia enquanto estudos sobre a "marginalidade social" e sobre os "movimentos sociais urbanos".

A leitura dos textos sugere uma multiplicidade de discursos sobre a pobreza – sanitaria, jurídico, político, econômico – que foram se justapondo e se sucedendo ao longo dos anos.³ Tais discursos serão aqui considerados em três períodos distintos:

(a) virada do século, quando se assiste à transição do país para uma ordem capitalista e quando, malgrado uma urbanização embrionária, começa a se constituir um mercado de trabalho industrial e urbano (sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo) baseado numa mão-de-obra livre, formada de imigrantes estrangeiros e ex-escravos;

(b) as décadas de 50 e 60, quando o processo de urbanização já generalizado, fruto do modelo de desenvolvimento capitalista adotado, comporta um mercado de trabalho urbano agora ampliado, definido como dual e visto como marginalizando amplos segmentos da população das grandes cidades;

(c) as décadas de 70 e 80, quando após um pequeno período de apogeu o modelo de desenvolvimento entra em crise, fazendo-se acompanhar de uma progressiva expansão da chamada economia informal, que se desenvolve em paralelo a um processo de concentração de renda e de propagação da pobreza, ocorrendo sobretudo nas regiões metropolitanas.

A cada um destes períodos parece corresponder uma concepção particular e distinta da pobreza urbana. A hipótese de trabalho a ser aqui desenvolvida é a de que tal evolução guarda estreita relação com a própria trajetória do processo de urbanização; com as transformações que ocorrem no mercado de trabalho urbano; com a inserção espacial/residencial da população pobre nas cidades; e

³ Haveria também que considerar o discurso religioso/assistencialista sobre a pobreza, sem dúvida alguma muito importante no Brasil. Para efeitos deste artigo não foi possível consultar a literatura relacionada à visão da Igreja da caridade e, mais recentemente, da Teologia da Libertação.

ainda com o papel de ator social e político que vem sendo atribuído às camadas populares ao longo do tempo.

O esquema abaixo introduz desde logo o leitor às principais matrizes que informam o discurso sobre a pobreza nos três períodos considerados. A cada período corresponde uma forma espacial "típica" de inserção da população pobre no tecido urbano.

Virada do Século	trabalhadores X vadios classes perigosas	Cortiço
Décadas de 50-60	população marginal subemprego população de baixa renda	Favela
Décadas de 70-80	setor informal estratégias de sobrevivência moradores trabalhadores pobres X bandidos	Periferia

1. VIRADA DO SÉCULO: A DESCOBERTA DA POBREZA

Muito embora existam referências sobre a ocorrência de segmentos urbanos pobres no Brasil colonial (veja-se por exemplo Mello e Souza, 1982, que trata da pobreza nas cidades mineiras), tudo leva a crer que somente no século XIX a pobreza urbana emergiu como problema maior aos olhos da elite nacional. Foi no bojo do processo de transição da sociedade brasileira para uma ordem capitalista (com a gradual passagem das relações sociais de tipo senhorial-escravista para relações sociais de tipo burguês-capitalista) e no contexto de uma urbanização incipiente porém centrada num grande centro urbano (o Rio de Janeiro) que emergiu um discurso e manifestou-se uma preocupação para com a pobreza (Chalhoub, 1986).

Tal preocupação não emergiu entretanto de *per se*, vindo embutida e associada a temas centrais para o país e o Rio no período que precedeu e no que seguiu a abolição da escravatura e o advento

da República. Deste modo resgatar o discurso sobre a pobreza implica necessariamente considerar: em primeiro lugar a questão da saúde e a da necessidade de higienização da cidade tais quais apareceram no discurso médico-higienista do século XIX; em segundo lugar a problemática da manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora, presentes no pensamento jurídico e político da virada do século; em terceiro lugar o discurso sobre a necessidade de transformar o homem livre (escravo liberto e emigrante pobre) em trabalhador assalariado, submetido a uma sociedade ordenada pelo trabalho.

Com o apoio da extensa literatura existente, pretende-se mostrar como cada uma destas questões inspirou a noção de pobreza que acabou se consolidando na virada do século.

1.1. O Discurso Higienista: Ênfase no Cortiço

Assim como ocorrera em alguns países europeus foi a questão sanitária-higienista que propiciou, no Brasil, o despertar para as precárias condições de vida de amplos segmentos da população vivendo nos centros urbanos impulsionados pela indústria. Sevchenko (1983), Chalhoub (1986), Abreu (1986), Carvalho (1987), Costa (1979), autores que estudaram o Rio de Janeiro na virada do século, retratam a metrópole emergente, com mais de meio milhão de habitantes, como tão ou mais insalubre que Paris ou Londres. Caracterizado como verdadeiro "inferno social", o Rio era a capital das epidemias (febre amarela, peste, cólera, varíola) e de outras doenças fatais como a tuberculose, que não poupavam nem os recém-chegados da Europa nem os residentes locais, adultos ou crianças. A propagação das doenças relacionava-se diretamente às catastróficas condições de higiene às quais estava submetida grande parte da população. Vivendo em habitações coletivas precárias – estalagens, casas de cômodos e sobretudo em cortiços – era diário o convívio com sérias falhas no abastecimento d'água e com péssimas condições de saneamento básico. Não apenas as habitações coletivas eram tidas como "imundas, nojentas e asquerosas pocilgas, sem ar nem luz, e sempre encharcadas de lodo e porcaria" (Ibituruna, *apud* Abreu, 1986:48). A arquitetura da casa brasileira era seriamente criticada por suas pequenas e estreitas janelas, portas baixas, salas quentes, alcovas úmidas sem condição de ventilação, esgoto na cozinha, despejos aglomerados produzindo toda sorte de miasmas (Freyre, *apud* Costa, 1979). Em suma as condições habitacionais e de saneamento asseme-

lhavam o Rio, pelo congestionamento, insalubridade e penúria, às cidades da Inglaterra vitoriana descritas por Engels e pelos historiadores ingleses contemporâneos (Briggs, 1963; Chesney, 1970).

Desde as primeiras décadas do século XIX os médicos tiveram um papel determinante junto aos poderes públicos, alertando para o valor da higiene e para a necessidade de medidas voltadas para a saúde pública. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, fundada em 1829, "representava o grupo médico que lutava por se impor junto ao poder central como elemento essencial à proteção da saúde pública e, por extensão, à ordenação da cidade" (Costa, 1979:57). Convertida posteriormente em Academia Imperial de Medicina, se caracterizaria como instância especializada na produção de um saber destinado a viabilizar a higienização do espaço urbano (Engel, 1986). As inúmeras teses produzidas ao longo do século pelos doutores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em torno de temas como as condições higiênicas das habitações, a mortalidade infantil, o regime alimentar e sua relação com as moléstias, a prostituição etc. (Costa, 1989:275-282) e os relatórios e pareceres de médicos e inspetores sanitários apresentados tanto no Rio como em São Paulo denunciando cientificamente as mesmas questões, reforçaram o poder médico. Preocupados com a "desodorização do espaço urbano" nossos higienistas sociais, influenciados pelas teorias médicas francesas, acabaram por estabelecer uma estratégia de medicalização da cidade que implicaria desde a desinfecção dos lugares públicos, a drenagem de pântanos, o alinhamento das ruas até o combate direto aos surtos epidêmicos sobretudo no Rio mas também em São Paulo (Rago, 1985).

A denúncia realizada pelos sanitaristas abriu assim caminho para a própria intervenção sobre a pobreza. Sugestões contidas em relatórios da Comissão de Salubridade, setor da Sociedade de Medicina e Cirurgia, foram incorporadas ao Código de Posturas Municipais do Rio de Janeiro e, em 1851, o Estado cria a Junta Central de Higiene Pública (Costa, 1979:57) denominada posteriormente Inspeção Geral de Higiene. Do meio até o final do século sucedem-se medidas de combate às habitações insalubres, aos miasmas e às epidemias. Num crescendo que foi da proibição da construção de novos cortiços, ao fechamento de vários deles, passando pela demolição do maior de todos – o famoso Cabeça de Porco – (Vaz, 1986) para desembocar nas campanhas sanitárias lideradas pelo médico Oswaldo Cruz (Costa, 1983) e na Reforma Urbana conduzida por Pereira Passos (Benchimol, 1982; Abreu, 1986; Rocha, 1988; Carvalho, 1987) que logrou cortar o ventre da cidade e abrir caminho para a reorganização do espaço carioca já no início deste século.

O cortiço tornara-se, com efeito, o alvo principal do discurso médico-higienista.⁴ Local de moradia de nada menos que 130 mil pessoas ou um quarto da população do Rio em 1890 (Silva, 1988:88), era a própria expressão da insalubridade, da doença e, por extensão, da pobreza. As condições materiais de vida dos que aí se amontoavam eram propícias à propagação das epidemias e, muito embora se acreditasse que estas fossem mais fatais entre os pobres que entre os ricos, era no cortiço que germinava o mal que colocava em risco a saúde da população como um todo.

1.2. O Temor das "Classes Perigosas"

Este mesmo cortiço, que deveria ser eliminado para possibilitar o saneamento da cidade, também inspiraria o discurso político relativo à necessidade de manutenção da ordem social, discurso este que ganha corpo no fim do Império e início da República. O que os médicos haviam diagnosticado como o foco das epidemias era também, e sobretudo aos olhos da elite política nacional, "o berço do vício e do crime" pois era aí que residia e se concentrava o que se chamava de "classes perigosas". Leitura esta que mais uma vez aproximava a maneira de pensar das classes dominantes brasileiras daquela da Inglaterra vitoriana, onde era consensual a idéia de que "pauperismo, sujeira, congestionamento e crime estavam todos intimamente ligados, sendo o cortiço (em inglês, *slum*) o berço principal dos criminosos e desordeiros (Chesney, 1970:99).

Chalhoub (1986) e Carvalho (1987), nas análises que fazem do regime republicano inaugurado em 1889, mostram como a noção de "classes perigosas" utilizada tanto na Inglaterra vitoriana como na França⁵ chegou rapidamente à boca dos legisladores brasileiros e à

⁴ Já são inúmeros os trabalhos que têm o cortiço carioca como objeto de análise. Desde o pioneiro relatório, de tipo diagnóstico, do engenheiro Backheuser (1906), apresentando semelhança com os relatórios dos sanitaristas ingleses do século XIX, até estudos contemporâneos como os de Rocha e Carvalho (1986) que discutem a política de combate aos cortiços. Ribeiro (1989), por sua vez, analisa a faixa do mercado habitacional integrada por cortiços, estalagens e casas de cômodos na virada do século.

⁵ A noção de classes perigosas (*dangerous classes*) no contexto europeu é amplamente discutida em Himmelfarb (1984) que sugere inclusive ser esta ⁴ expressão a tradução autorizada por Engels de *lumpenproletariat* do alemão para o inglês. A mesma autora chama a atenção para a noção de *ragged classes* muitas vezes associada à de *dangerous classes*. Ambas opunham-se à noção de *working classes*.

pena daqueles que se dedicavam a descrever a cena política nacional. Tanto lá como aqui a expressão era utilizada como sinônimo de classes pobres, o que significava dizer que o fato de ser pobre tornava o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade (Chalhoub, 1986:48). Fazendo uso de um discurso ideológico dualista, as classes dominantes como que dicotomizavam o mundo: de um lado o mundo do trabalho, da moral, da ordem; de outro, um mundo às avessas – amoral, vadio, caótico – que deveria ser reprimido e controlado para não comprometer a ordem. A cada um destes mundos correspondia um espaço: ao primeiro, a fábrica; ao segundo, o cortiço e a rua. Nesse sentido a expressão "classes perigosas" se referia basicamente àqueles fora do universo fabril; mais especificamente àqueles que eram criminosos, delinqüentes ou simplesmente vagabundos e desordeiros que viviam entre o cortiço e a rua, tentando impor a desordem.

A rua era tida, efetivamente, como o prolongamento do cortiço, como o espaço-mor de socialização dos personagens que ameaçavam a lei e os bons costumes. Muito embora aí se encontrassem vendedores ambulantes em profusão e pessoas vivendo de "expedientes" os mais diversos (o cronista João do Rio, por exemplo, se refere às "profissões sem academia" como as dos músicos ambulantes, catraieiros, trapeiros, tatuadores, selistas, vendedores de orações, ratoeiros, urubus, apanhadores de papel etc.), aos olhos dos políticos e da intelectualidade da época todos eram vistos como vadios. Os segmentos médios da sociedade, que se dirigiam ao recém-criado Jornal do Brasil através da sessão "As Queixas do Povo", também refletiam tal percepção. Queixavam-se freqüentemente da presença de "desocupados" – capoeiras, prostitutas e maltas de menores – que promoviam desordens e desrespeitavam a moralidade das famílias na então capital da República (Silva, 1988).

A rua acabara se transformando em "verdadeiro espaço de guerra" (Rezende de Carvalho, 1983). Para além de cenário de freqüentes conflitos entre ambulantes que disputavam o monopólio dos pontos de venda (Chalhoub, 1986), a via pública era também local de permanente confronto entre a população e a polícia. Desde a época Imperial, quando fora aprovado o Código Criminal que considerava, entre outros, como crimes policiais a prática da vadiagem e da mendicância, a polícia usava e abusava do livre-arbítrio, prendendo freqüentemente aqueles que perambulavam pelos espaços públicos. Eram considerados vadios todos aqueles que não possuíam ocupação honesta e útil de que pudessem subsistir. A persistência em tal estado após a advertência pelo Juiz de Paz implicava pena de prisão com trabalho por oito a vinte quatro dias. Quanto aos mendigos, o fato de mendigar tendo supostamente condições para trabalhar implicava

prisão, simples ou com trabalho (Brandão, Mattos & Rezende de Carvalho, 1981:62-63).

Na virada do século os conflitos se acentuaram devido à série de posturas baixadas pelo prefeito Pereira Passos, que queria fazer, da cidade pobre e caótica, réplica tropical da Paris reformada por Haussman (Carvalho, 1987). Proibindo vacas leiteiras nas ruas, a cultura de hortas, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria, e mandando recolher a asilos os mendigos, o governo colocaria uma boa parte da população em confronto com a força policial que passou a fiscalizar veementemente as artérias centrais da cidade. Rebuliço maior ainda seria aquele desencadeado pelas seguidas campanhas sanitárias comandadas por Oswaldo Cruz (febre amarela, peste bubônica, varíola) que colocaram a população residindo nas casas de cômodos e cortiços frente a frente com as brigadas sanitárias que invadiam as habitações, desinfetando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes (Carvalho, 1987:94-95).

Foi no entanto a série de revoltas populares que se desencadearam a partir do final do século que sedimentou a noção de que as camadas populares eram, efetivamente, "classes perigosas". Do mesmo modo que na década de 1880 o governo inglês e os aristocratas londrinos assistiram assustados à multidão amotinada que trouxera de volta o velho espectro da *mob* (Bresciani, 1984 *apud* Stedman-Jones), as elites carioca e nacional tiveram que fazer face à turba explosiva que promovera em 1880 a Revolta do Vintém (reação a um imposto sobre passagens de bonde), em 1882 a quebra de lampiões e nos primeiros anos do século XX a quebra de bonde e de trens, para culminar com a Revolta da Vacina em 1904.

Carvalho (1987) mostra em sua fina análise da Revolta da Vacina como todas as interpretações que o movimento recebeu na época (da imprensa aos intelectuais como Rui Barbosa e Olavo Bilac, passando também pelo chefe da polícia do Rio) convergiram no sentido de negar a participação operária e qualquer outra que não fosse a dos "desordeiros". "O povo verdadeiro, o verdadeiro operário, tinha ficado à margem dos acontecimentos" ... "As massas incultas e que se teriam deixado levar à mazorca" (Carvalho, 1987:115). Esta negação da participação operária era a própria expressão da força do discurso ideológico sobre o comportamento político das camadas populares. Atribuindo-se a Revolta exclusivamente à ação de "arruaceiros e vagabundos", lograra-se transformar o que fora um grande movimento em nome da legítima defesa dos direitos civis e que contara com a participação de inúmeros segmentos sociais, em

uma simples rebelião promovida por desordeiros desocupados, capazes de arrastar a multidão à rua.

1.3. A Construção Ideológica da Oposição Trabalhador X Vadio

Contra aqueles que insistiam em desacatar a ordem só um caminho parecia viável: incultir-lhes o hábito e a obrigatoriedade do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade. A idéia de moralizar os indivíduos pelo trabalho e a noção de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade são centrais no ideário dos legisladores e das elites brasileiras no período republicano (Chalhoub, 1986; Gomes, 1988), num sinal de que compartilhavam com os reformadores sociais europeus do século XIX de um mesmo tipo de ideologia, bem retratada no caso inglês pelas *workhouses*. Vale lembrar, no entanto, que no caso do Brasil tais idéias se revestiam de um teor específico, remetendo a importantes transformações que ocorriam no mercado de trabalho nacional e local.

Em primeiro lugar a abolição da escravatura, que lograra realizar a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho. Como assinala Chalhoub (1986:40-44), colocava-se o problema de que o liberto, agora dono de sua força de trabalho, se dispusesse a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Para tanto o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador - característico de uma sociedade escravista - e ganhar uma valoração positiva. Era preciso incultir uma nova ideologia do trabalho - sobretudo entre os que carregavam nas costas a experiência da escravidão - tentando articular a mesma aos conceitos de ordem e progresso que inspiravam a recém-criada República. Era necessário fazer com que o liberto "amasse" o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que pudessem daí advir. Era fundamental transmitir ao liberto que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade, que o mesmo é o elemento característico da vida "civilizada".

A importância atribuída à ética do trabalho se explica, em segundo lugar, pela necessidade de criação de um contingente de trabalhadores assalariados, imprescindíveis ao processo de industrialização e ao mercado de trabalho livre, recém-constituído no país. Quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes, era preciso dispor de mão-de-obra para atender ao desenvolvimento das atividades fabris, sobretudo no Rio mas também em São Paulo onde, além da indústria nascente, a próspera economia cafeeira necessitava permanentemente de braços. Os estudiosos das origens da concentração industrial nas duas grandes cidades (Cano, 1977; Lobo, 1978; Leo-

poldi, 1986) mostram que, efetivamente, desde 1880 a atividade industrial começara a se consolidar no Rio (ramos têxtil, vestuário, alimentos e bebidas, sabão e vela, metalurgia, madeira, materiais de construção), iniciando-se a partir de 1890 o dinamismo industrial em São Paulo. Por outro lado o Rio, na qualidade de grande entreposto comercial e centro administrativo, verá complexificar-se sua estrutura urbana, ampliando-se o contingente de mão-de-obra livre a ser absorvido pelo setor terciário.

Muito embora uma cidade como o Rio dispusesse de um contingente populacional suficiente para alimentar as novas necessidades do mercado de trabalho (em 1906 a cidade já tinha uma população de 811.000 habitantes), aos olhos do patronato havia escassez de trabalhadores, sobretudo de trabalhadores aptos às exigências do sistema fabril (Weid e Bastos, 1986). A maioria da população era considerada inapta e indisciplinada, carregando o estigma da escravidão e sendo vista como ignorante e indolente. Para os capitães da indústria carioca e paulistana a questão portanto que se colocava era a de encontrar indivíduos que ao mesmo tempo "amassem" o trabalho e aceitassem a inserção no processo produtivo sob a forma de trabalhadores assalariados. Indivíduos dispostos a se incorporarem à disciplina rígida do tempo e do espaço imposta pelo labor na fábrica.

Na análise que faz da constituição de um mercado de trabalho livre no Brasil, Kowarick (1987:113-119) mostra como o assalariamento não foi uma equação resolvida de forma simples. Tal processo supunha criar relações sociais de produção que necessariamente conduziriam ao domínio do capital sobre o trabalhador. Era preciso de um lado levar o trabalhador a se transformar em mercadoria que se vende no mercado de trabalho; de outro era preciso convencê-lo a se incorporar no processo produtivo, aceitando a situação de assalariado ao invés de escolher outra alternativa de vida. No caso dos imigrantes estrangeiros que vieram "fare l'America", foi mais fácil submetê-los aos drásticos horários e regulamentos da disciplina das fábricas ou das plantações de café, pois havia a esperança de enriquecer. Já no caso dos nacionais, que viam no trabalho manual um símbolo de degradação, era difícil integrá-los ao sistema: "mesmo no momento da mais urgente necessidade, não haverá argumento que o decida a trabalhar quando não queira, por costume ou mero capricho" (*Correio Paulistano*, 1902, *apud* Kowarick).

A resistência ao assalariamento vai se exprimir portanto e sobretudo através dos ex-escravos que dificilmente poderiam ver o trabalho como positivo, a não ser que trabalhassem por conta própria – o que dificilmente era o caso. Também resistiam ao assalariamento

os expressivos contingentes de mão-de-obra que ficavam fora do mercado formal, optando pelo exercício de formas alternativas de ocupação onde, em geral, não havia a figura do patrão. Segundo Carvalho (1987:17-18) esse universo correspondia no Rio a uma população que vivia na tênue fronteira entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas: "eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes e a figura tipicamente carioca do capoeira".

Este verdadeiro exército de homens, mulheres e crianças, sobrevivendo na maioria dos casos à base de ganhos irregulares, não era visto como um contingente humano produtivo mas sim como um "resíduo". Aos olhos das elites, eles integravam o mundo do NÃO-TRABALHO. Na interpretação de Rezende de Carvalho (1985) eles viviam sob a égide de uma "ética da malandragem". Quem não trabalhasse em fábrica ou oficina (domínio dos artesãos) ou junto aos serviços públicos não era trabalhador. A concepção de trabalho era portanto restrita e ligada às atividades econômicas que definiam a nova ordem industrial e urbana que se implantava. E, no limite, só o trabalho assalariado era considerado trabalho.

É dentro de tal construção ideológica que a noção de pobreza que se consolida na virada do século tem que ser resgatada, remetendo justamente a este mundo do não-trabalho. O pobre era aquele que não se transformava em trabalhador. Aquele que permanecia fora do mercado de trabalho formal, apenas sobrevivendo. Aquele que ficava fora do controle da nova ordem instituída, não tendo se deixado convencer pelo pressuposto da positividade do trabalho. Enfim, aquele que recusava o assalariamento.

Era porém pela expressão "vadio" que a sociedade se referia ao homem pobre que não laborava, apoiando-se na categoria jurídica que constava do Código Criminal desde a época imperial e que, no Código de 1890, se referia a todos aqueles que deixassem de "exercitar profissões, ofício ou qualquer mister em que ganha a vida" (Brandão, Mattos e Rezende de Carvalho, 1981:224). A esse vadio improdutivo, necessariamente pobre, se associava uma série de atributos – a ociosidade, a preguiça, a malandragem, a vagabundagem – que o distanciava cada vez mais do seu oposto, o trabalhador.

Estabelecera-se, com efeito, uma matriz ideológica baseada na oposição trabalhador X vadio, em que a vadiagem era definida em oposição ao trabalho. Como salienta Chalhoub (1986:46) "todos os predicados referentes ao mundo do trabalho são negados quando o

objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. O ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade através do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum".

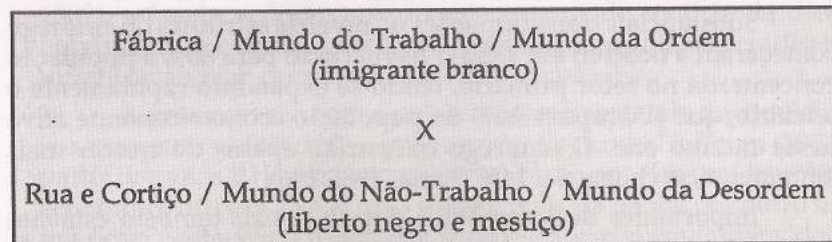
A vadiagem, a ociosidade, a pobreza em suma, eram pois concebidas como de responsabilidade individual. O pobre ou vadio assim o era porque se recusava a vender sua força de trabalho no mercado capitalista, opondo-se a acatar a ética do trabalho. Em última instância, não se transformava em trabalhador porque assim não o desejava: preferia continuar na miséria, na incerteza, a se submeter ao regime da fábrica. A pobreza, nesse sentido, não deixava de ser um vício, ao qual se aderira por opção, mas do qual era difícil escapar. Tendo um verdadeiro efeito de contágio, o "vício da pobreza" se espalhava, tomando conta de amplos segmentos da sociedade. Como bem lembrá Engels (1986) a trajetória do personagem Jerônimo no romance O Cortiço de Aluísio Azevedo é bastante ilustrativa neste sentido. Imigrante português, Jerônimo é o modelo do "bom trabalhador", que depois de tentar a sorte no campo acaba se fixando no Rio. Indo parar num cortiço, onde passa a residir, vai aos poucos sendo transfigurado sob a influência do meio, até transformar-se em vadio.

Este tipo de raciocínio, que colocava o trabalhador num pólo e o vadio no extremo oposto, pressupunha ainda que o trabalhador não fosse pobre ou que pelo menos a miséria lhe fosse um horizonte distante. Como o trabalhador recebia um salário, considerava-se que o mesmo dispunha de um rendimento regular - o que o diferenciava consideravelmente dos que viviam de "expedientes", de ganhos ocasionais ou da mendicância.

Finalmente vale lembrar que a atuação dos trabalhadores fabris na virada do século - através de suas associações e do movimento operário em gestação - também contribuiu no sentido de dar-lhes uma identidade própria, por meio da valorização da figura específica do trabalhador-operário. Gomes (1988), ao analisar o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político, mostra justamente como a construção de tal identidade pôde se viabilizar, tanto através de propostas políticas (dentre as quais a luta por um partido operário) como pela recorrência de greves por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho e pela melhoria das condições de trabalho em geral. A autora chama a atenção, por outro lado, para um esforço de construção de uma ética do

trabalho proveniente da própria classe trabalhadora, por intermédio de variadas lideranças com propostas políticas distintas que tinham em comum o reconhecimento da dignidade da figura do trabalhador e o seu papel central no mundo econômico e social.

Muito embora provenientes de origens distintas, os vários discursos sobre a pobreza (o discurso higienista, político, econômico e até mesmo o discurso da liderança operária) acabariam por se justapor e se auto-alimentar. O cortiço, "locus" privilegiado da doença e do contágio era também o espaço da perdição, da desagregação, o berço do crime. A rua, prolongamento do cortiço, propiciava o exercício da mendicância, da vagabundagem, da vadiagem. Cortiço e rua, através de um "modus vivendi" que lhes era próprio, socializavam a população potencialmente trabalhadora na direção da desordem, afastando-a da fábrica, da produção, do projeto coletivo de uma sociedade que deveria se encaminhar pela via da "ordem e do progresso". Uma visão dual e polarizada da sociedade urbana assim se consolidou:



2. OS ANOS 50-60: A ECLOSÃO DA POBREZA E SEU RECONHECIMENTO ENQUANTO QUESTÃO SOCIAL

As cinco décadas que se seguiram à virada do século iriam abrir caminho e mesmo possibilitar a realização de vários dos ideais da recém-criada República, dentre os quais a transformação de uma sociedade baseada numa economia agrário-exportadora numa sociedade mais moderna, de tipo urbano-industrial. Não é o caso aqui de analisar tal processo⁶ mas tão-somente de lembrar alguns de seus traços e de resgatar como a questão da pobreza aparece e é vista frente à nova conjuntura.

⁶ Inúmeras análises já foram realizadas sobre os processos de urbanização e industrialização no período que vai até a década de sessenta. Ver especialmente Santos (1967), Lopes (1968), Oliveira (1975).

Meio século após o início da transição conclamada pela República, o país já se encaminhava na direção de uma sociedade urbano-industrial. A urbanização, concentrada no início do século em algumas poucas áreas, obedecendo ao modelo da primazia urbana (Rio de Janeiro e São Paulo em 1920 concentravam 52% da população urbana do país) gradativamente vai se difundindo, tanto pela expansão da população vivendo em cidades de mais de 20 mil habitantes, como pela multiplicação do número de centros urbanos (de 74 em 1920 eles passam a 96 em 1950 e a 172 em 1960). As taxas de crescimento da população urbana crescem muito mais rapidamente que as taxas de crescimento da população total: 5,60 contra 2,33 entre 1940-50 e 5,46 contra 3,16 entre 1950-60. A indústria detém um papel preponderante na aceleração deste processo, comandada que foi inicialmente por uma política de substituição de importações e posteriormente por uma política de expansão industrial centrada na indústria pesada, na produção de bens de consumo e na construção da infra-estrutura viária sobre a qual a própria expansão industrial pudesse repousar.

Substanciais transformações no nível da estrutura do emprego começaram a ocorrer: em 1950 já havia caído para 60% a população concentrada no setor primário, tendo se expandido rapidamente o terciário, que já ocupava 26% da população economicamente ativa nesse mesmo ano. O emprego industrial, apesar de crescer mais lentamente, já chegava a 14% (Faria, 1983:146).

Importantes deslocamentos populacionais também estavam na base deste processo de reestruturação que se iniciava. Além de significativos movimentos migratórios de natureza intra-estadual (no sentido campo-cidade), consideráveis contingentes se transladaram das regiões mais atrasadas (sobretudo do Nordeste do Brasil) para o Centro-Sul, que se apresentava como o eixo dinâmico da economia. Novos desequilíbrios regionais e setoriais se desenvolveram, reforçados que foram pela desarticulação de algumas economias regionais e pela acentuação da urbanização em umas regiões mais que em outras.

Os principais centros urbanos do país (São Paulo e Rio de Janeiro, agora seguidos de Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba) experimentaram um processo de "inchação", integrando um quadro que a literatura dos anos 60 denominou de superurbanização ou "urbanização sociopática" (Pereira, 1965). O grau e o ritmo de crescimento da urbanização ultrapassavam de muito o do desenvolvimento industrial, e a dinâmica da indústria de transformação na criação de empregos era insuficiente para atender ao crescimento demográfico. Compunha ainda este quadro o cresci-

mento desmesurado do setor terciário e o agravamento geral das condições de vida nas cidades, decorrente da incapacidade de se suprirem as necessidades básicas de uma população cada vez maior.

2.1 Do Cortiço à Favela: da Noção de Vadiagem à Noção de Subemprego

É como parte deste contexto que a pobreza urbana se torna uma questão social nos anos cinquenta e sessenta. "Descoberta" na virada do século tendo como matriz espacial o cortiço carioca, a partir dos anos 30 a pobreza começa a se estampar, mais fortemente, sob outra forma especial – a favela –, que sorratamente vai se impondo no cenário das cidades em expansão, desde as capitais regionais até os centros de médio e pequeno porte. Em cada cidade um nome: "favelas" no Rio, "mocambos" no Recife, "cafuas" em Belo Horizonte, "alagados" em Salvador, "baixadas" em Belém.⁷ Deixando para trás o cortiço (que, até mesmo em São Paulo, deixara de ser o principal reduto das massas pobres, como assinalam Kowarick e Ant, 1982), a favela se torna a expressão mesma do modelo de desenvolvimento econômico desigual, marcado por uma aceleradíssima urbanização, que prevaleceu no Brasil do pós-30.

A preocupação com a pobreza foi aumentando na medida de sua crescente visibilidade e propagação. Segundo Hoffman (1977) a partir dos anos 50 já passa ao primeiro plano nos debates da política econômica do país. O discurso sobre a pobreza ganha por outro lado um novo porta-voz – o cientista social – formado em universidades brasileiras e estrangeiras e influenciado por idéias e correntes em voga no pensamento latino-americano na década de sessenta. Mais uma vez as discussões remetem ao mercado de trabalho, passando agora pelo debate mais amplo da modernização, da marginalidade e dos obstáculos à mudança social (Cardoso e Reyna, 1967; Cardoso, 1969; Kowarick, 1975). Muito embora não seja o caso aqui de revisitar tais paradigmas, vale lembrar o lugar central ocupado pelo mercado de trabalho urbano em tais reflexões.

⁷ O início do fenômeno de favelização não é concomitante em todas as metrópoles brasileiras. No Rio de Janeiro, em Recife e Belo Horizonte, as favelas já despontavam na paisagem urbana desde o início do século, ao passo que em São Paulo, por exemplo, seu desenvolvimento foi mais tardio. Em nível nacional a década de cinquenta é o marco da expansão das favelas no âmbito metropolitano. Não é o caso aqui de detalhar a questão da favela e sua trajetória em diferentes cidades. A literatura sobre o assunto está analisada em Valladares (1983).

O tipo de desenvolvimento econômico experimentado pela maioria dos países da América Latina, dentre os quais o Brasil, no período que começou com a etapa de substituição de importações teria levado (segundo a interpretação de economistas como Tolosa (1975) e outros vinculados à Escola Cepalina), à constituição de um mercado de trabalho dual, integrado por dois setores autônomos e independentes. De um lado um setor moderno, de capital intensivo, vinculado à indústria, fazendo uso de tecnologia avançada, organizado a partir de empresas e dependente de mão-de-obra qualificada. De outro um setor dito tradicional, trabalho intensivo, fazendo uso de tecnologias simples, envolvendo atividades mais de tipo artesanal que fabril e sobretudo atividades ligadas aos setores do pequeno comércio e dos serviços pessoais, consideradas como de baixa produtividade. O setor moderno era visto como gerador de emprego, de trabalho assalariado. O setor tradicional, onde buscava refúgio a mão-de-obra excedente, sem qualificação, não absorvida pelo setor mais dinâmico da economia, era tido como produtor de subemprego ou de desemprego disfarçado.

Considerado pelos economistas como expressão de subutilização de força de trabalho e como decorrência da própria superurbanização, o subemprego aparece como importante categoria definidora da pobreza nas décadas de cinquenta-sessenta. A arritmia entre os processos de industrialização e urbanização acabara por gerar massas urbanas que só conseguiam ingressar no mercado de trabalho através de um sem-número de atividades intermitentes, de baixíssima produtividade e remuneração. Sua gama era enorme e variada, cobrindo desde o pequeno comércio ambulante, passando pela pequena produção familiar até a prestação de inúmeros serviços pessoais, incluindo-se ainda na categoria de subemprego uma série de atividades ilegais ou semi-ilegais que proliferavam na cena urbana (Hoffman, 1977). A figura típica do subemprego era, na visão dos economistas dos anos sessenta, a do biscateiro que sem conseguir se estabelecer numa ocupação regular qualquer e sem gozar de qualquer especialização, se arriscava a fazer de tudo um pouco. Profissão, não tinha, patrão só tinha de vez em quando, optando na maioria das vezes por exercer pequenos "bicos", pequenas tarefas para fregueses ocasionais.

Um pequeno exercício de comparação com a virada do século sugere que a noção de pobreza já começava a sofrer algumas importantes alterações. Em primeiro lugar relativiza-se a idéia de que a pobreza é de responsabilidade individual, sendo pobres aqueles cujas fraquezas morais não haviam ainda respondido ao "chamado

do trabalho". Reconhece-se que são determinantes externos ao indivíduo que o conduzem à situação da pobreza, cabendo muito mais à sociedade que a ele mesmo a responsabilidade por uma condição da qual ele dificilmente consegue escapar. Toda a literatura sobre a modernização e a marginalidade social insiste na insuficiência dinâmica do desenvolvimento econômico, visto como incapaz de criar empregos em quantidade suficiente para absorver o crescimento demográfico e atender satisfatoriamente os novos contingentes por ele mesmo expulsos do campo para as cidades (Cardoso e Reyna, 1967); esta mesma literatura fala de "massas urbanas não incorporadas" no contexto de uma economia que só consegue integrar parcialmente as populações à nova sociedade urbano-industrial ...

Um outro ponto de diferença com a virada do século, quando se associava a pobreza à recusa dos indivíduos em vender sua força de trabalho e às dificuldades de se acatar o assalariamento, é a aceitação generalizada, já nos idos dos anos cinquenta, da positividade do trabalho e do trabalho assalariado. Removido o fantasma da escravidão, entendia-se agora que os indivíduos queriam trabalhar, queriam se inserir no processo produtivo. Os crescentes fluxos migratórios, implicando consideráveis deslocamentos geográficos e rupturas com padrões de vida comunitária e formas de organização social tradicional, sinalizavam tal atitude. Tomando "O Caminho da Cidade" (Durham, 1973), os próprios migrantes demonstravam, a partir de suas "carreiras", mudanças nos critérios de avaliação do trabalho. Os que se dirigiam para São Paulo (Lopes, 1964; Durham, 1973), valorizavam tanto o trabalho assalariado como o trabalho autônomo, ambos vistos como meio de suprir as necessidades básicas e ter acesso aos bens de consumo produzidos pela crescente indústria nacional. A migração representava ainda a possibilidade de mobilidade ocupacional, pelo acesso a atividades urbanas vinculadas aos setores secundário ou terciário. A legislação trabalhista, que se instaurou no Brasil a partir da década de trinta, de certa forma também iria contribuir para valorizar o exercício do trabalho. Em 1932 fora criada a Carteira de Trabalho e Previdência Social, logo popularizada como "carteira profissional", que iria servir a muitos como cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, além de documentar e registrar a trajetória profissional do trabalhador. Em 1938 fora instituído o salário-mínimo que iria regular o trabalho, estipulando uma remuneração mínima, capaz de atender às necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte de todo trabalhador adulto sem distinção de sexo. Tais medidas oficiais, institucionalizadoras de diferenças já existentes no mercado de trabalho, reafirmariam a separação entre assalariados e não-assalari-

ados, entre empregados de um lado e desempregados e subempregados de outro, valorizando a figura do trabalhador.⁸

A questão que se colocava nos anos cinquenta já não era tanto a da aceitação ou recusa da ética do trabalho. Central era a discussão sobre a capacidade do sistema de absorver parcial ou integralmente os indivíduos enquanto força de trabalho. Entendia-se agora que a recusa não mais partia do indivíduo – que queria trabalhar; partia do mercado – que tendia a excluí-lo. Diferentemente da virada do século, quando o primeiro “boom” industrial parecia absorver os aumentos da força de trabalho (a qual crescia em ritmo semelhante ao do crescimento demográfico), na década de cinquenta o quadro é de excesso de oferta de mão-de-obra, sobretudo de mão-de-obra desqualificada tanto para a indústria como para os serviços de apoio às atividades do parque fabril.

A teoria da marginalidade social, em voga na América Latina nos anos 60, desempenhou sem dúvida um papel importante neste novo entendimento. Reconhecida a marginalidade como inerente ao sistema capitalista e às sociedades dependentes (Kowarick, 1975), passou-se necessariamente a considerar a pobreza enquanto um fenômeno de natureza estrutural que escapava da esfera individual. A então chamada “população marginal” se vê categorizada como “exército de reserva”, elemento básico no processo de acumulação capitalista (Oliveira, 1975).

A partir desta concepção, os pobres não são mais tidos como ociosos ou vadios, passando a ser compreendidos enquanto massa dos excluídos, dos marginalizados, colocados na periferia do sistema econômico com o direito de participação restrito, quando muito, à situação do subemprego. A marginalidade tem sua expressão máxima na favela, relegada pelos poderes públicos nos anos 50 e 60 e vista como síntese mesma da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana. O termo “favelado” passa a ser sinônimo de “pobre” e o espaço-favela ganha atributos muito semelhantes àqueles associados, décadas antes, ao cortiço: área insalubre, constituída de habitações precárias, verdadeiro câncer necessitando ser extirpado do tecido urbano. Desaparece, no entanto, a associação entre moradia do pobre e epidemias (que haviam sido eliminadas pelas campanhas sanitárias no início do século); tampouco se qualifica a população pobre, agora favelada, enquanto “classes perigosas”: a noção não

⁸ Esta visão do papel da legislação trabalhista não é dominante na literatura sobre o movimento operário e sindical no Brasil, que vê na Carteira de Trabalho e na instituição do Salário-Mínimo exclusivamente formas de controle do Estado e do empresariado sobre a classe trabalhadora.

vingou com a instauração do populismo no período pós-30 (Coniff, 1981).

Carolina Maria de Jesus em seu pujante diário “Quarto de Despejo” (1960) reafirma, sem sabê-lo, a categoria “população marginal” cunhada e difundida pelos teóricos da marginalidade. Carolina encarna a própria imagem da pobreza ao descrever o ritual de fome-trabalho-sobrevivência a que se vê submetida, juntamente com seus filhos, no maior centro industrial do país. Sua história de vida pouco difere daquela de inúmeros outros migrantes, expulsos do campo, que vêm na cidade grande a possibilidade de melhorarem de vida mas que logo perdem a esperança de romper o cerco da economia de sobrevivência. Sem nenhuma qualificação profissional, não mais que semi-alfabetizada, Carolina não consegue se inserir nos setores dinâmicos da radiante economia paulistana. Trabalhando como catadora de papel, se vê relegada a uma situação típica de subemprego. Acredita, no entanto, no trabalho e se enxerga como mulher trabalhadora, muito embora sinta não ser assim considerada pela sociedade. Moradora, como tantos outros, de favela, é obrigada a conviver com a insegurança e com a escassez de serviços urbanos, com a insalubridade decorrente da falta de água corrente, esgoto e coleta de lixo na favela. Seu discurso, como bem lembra Vogt (1983), revela uma visão dicotômica da sociedade, marcada pela oposição cidade/favela que aparece como irredutível.

2.2 A Introdução do Critério de Renda na Definição da Pobreza

Esta “população marginal” - da qual Carolina se fez a mais conhecida⁹ e digna representante - recebe, a partir dos anos sessenta, mais uma denominação: “população de baixa renda”. O batismo é originário desta vez dos meios oficiais ou, melhor dito, da tecnoburocracia já instalada em Brasília que começa a elaborar programas de atendimento à população pobre, reconhecida também como “carente”. A nova terminologia, importada do Banco Mundial e de organismos internacionais que exportam políticas sociais nas áreas de educação, saúde e habitação principalmente, traz como novidade

⁹ O impacto do livro de Carolina Maria de Jesus diante do público nacional e estrangeiro pode ser dimensionado pelos seguintes números: nove edições feitas no Brasil, sem contar uma edição de bolso; tradução para treze línguas e circulação em quarenta países, num total de oitenta mil exemplares vendidos (Vogt, 1983:205). Nenhum livro sobre a pobreza ou a marginalidade social, no Brasil, chegou perto de tal tiragem.

a introdução da variável renda na definição da pobreza. A idéia era a de, usando deste artifício, melhor orientar a alocação dos recursos governamentais, a partir da definição de linhas de pobreza e de critérios de elegibilidade.

A nova categorização, tomando o salário-mínimo como parâmetro¹⁰, introduz a noção de pobreza enquanto fenômeno de insuficiência de renda. Pobreza torna-se sinônimo de carência, situação em que o atendimento das necessidades biológicas e sociais dos indivíduos ou de suas famílias está abaixo de um patamar mínimo. A partir deste novo princípio classificatório torna-se possível diferenciar grupos no interior da população pobre: aqueles acima ou abaixo da linha da pobreza; aqueles com ou sem renda regular medida em termos de salário-mínimo.

A política promovida pelo Banco Nacional de Habitação-BNH (entre 1964, quando foi criado e até 1986, quando foi extinto) constitui um dos melhores exemplos de aplicação da noção de "baixa renda" a uma política pública no Brasil. Estabeleceram-se programas especiais para a população de baixa renda, pelos quais ficaram responsáveis agentes especiais, as Companhias Estaduais de Habitação-COHABs. Tais programas tinham uma população alvo: famílias originárias de favelas e de operações de remoção cuja renda familiar ia até três salários-mínimos. Construíram-se conjuntos habitacionais nas periferias das cidades com habitações de tipo, tamanho e qualidade "condizentes" com a baixa renda da população. Estabeleceram-se parâmetros para a classificação das famílias bem como critérios para alocação das moradias em função da renda. Estipularam-se as mensalidades a serem pagas numa proporção da renda familiar. Em suma: distribuíram diferencialmente as famílias pobres por tipo de habitação e tipo de conjunto habitacional tomando a renda como marco decisório e divisor (Valladares, 1978).

O privilegiamento da variável renda sobre outros indicadores da pobreza, assim como o uso da renda *per capita* ou da renda familiar na administração de políticas públicas, introduziriam novas divisões no conjunto da força de trabalho: aqueles que pela sua renda são elegíveis ou não aos programas sociais de combate à pobreza; aqueles cujos rendimentos permitem ou não o acesso a bens e serviços além da cesta básica.

Este novo "recorte" da pobreza veio juntar-se a outros já aqui mencionados: trabalhador X vadio, empregado X subempregado,

¹⁰ Uma análise da implantação e evolução do salário-mínimo nos últimos cinquenta anos, encontra-se em Sabóia (1984).

assalariado X não assalariado. Vale lembrar que nestes o eixo da diferenciação era dado pela forma de inserção da força de trabalho na estrutura produtiva. Agora a ênfase se desloca para os ganhos auferidos pela participação na atividade econômica, independentemente do tipo de vínculo que se mantém com o mercado de trabalho. O que interessa é identificar quem tem ou não tem capacidade de satisfazer suas necessidades básicas dentro de padrões de consumo que podem variar entre famílias e indivíduos. Quem tem ou não tem renda para adquirir no mercado bens e serviços essenciais a um mínimo de bem-estar.

A multiplicidade de discursos reflete um fenômeno que é real: a heterogeneidade crescente das camadas populares, seja quanto a sua inserção no mercado de trabalho (que se diversifica à medida que se expande não apenas a industrialização como a terciarização), seja quanto a sua posição na estrutura social, seja quanto a seu papel de consumidor de bens e serviços.

3. AS DÉCADAS DE 70 E 80: GENERALIZAÇÃO E SEDIMENTAÇÃO DA POBREZA

A nomenclatura relativa à pobreza vai continuar a se desdobrar pela década de 70 afora, guardando relação com as transformações que ocorrem na dinâmica da urbanização e do mercado de trabalho urbano. Torna-se necessária uma rápida menção a tais mudanças para melhor situar as novas noções de pobreza que se instituem.

Ao mesmo tempo em que se transforma, nos anos 70, na oitava economia mundial, o Brasil experimenta profundas transformações na sua estrutura econômica, social e urbana¹¹. Do ponto de vista econômico é importante notar a consolidação do processo de industrialização que passa a ser propulsor da dinâmica geral do desenvolvimento, com participação especial da indústria manufatureira. O novo padrão de industrialização é baseado na grande empresa (privada e estatal, nacional e multinacional), na organização oligopolista dos mercados, no dinamismo do setor de bens duráveis de consumo e no crescimento, também rápido, dos setores de insumos básicos e bens de capital (Abranches, 1985). Mudanças significativas ocorrem

¹¹ Uma análise abrangente do processo de reestruturação encontra-se em Santos (1985).

na PEA onde a proporção na agricultura decresceu de 54% em 1960 para 30% em 1980. A PEA na indústria passou de quase 13% em 1960 para 24% em 1980. No setor de serviços – onde surgiram novas atividades associadas às novas demandas do setor urbano-industrial – o aumento em 20 anos foi também extremamente significativo: de 33% em 1960 para 45% em 1980 (Faria, 1983).

O processo de urbanização continua acelerado e em ritmo superior ao do crescimento demográfico: a população urbana cresce a uma taxa de 4,5 entre 70-80 enquanto que a população total só cresce a uma taxa de 2,4. O mercado de trabalho urbano exerce concomitantemente crescente poder de atração: em 1980 69,5% da PEA já estava nas áreas urbanas do país. A rede urbana se diversifica e se torna mais equilibrada: em 1980 São Paulo e Rio de Janeiro juntos só reúnem 28% da população urbana do país (em contraste com os anos 20 quando esta percentagem era de 52%!); as cidades de porte médio assumem crescente importância e as nove metrópoles com mais de um milhão de habitantes comandam regiões metropolitanas espalhadas pelo imenso território nacional.

A partir da década de 70, paralelamente à fase conhecida como do “milagre econômico”, acentua-se a convivência da acumulação e da miséria, chegando-se a índices de desigualdade social muito acentuados. Análises feitas a partir de dados agregados revelam a dimensão atingida pelo fenômeno em nível nacional: em 1970, 53% das famílias residindo nas áreas urbanas já tinham renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo. Tomando-se por base a renda individual, em 1980 60% da população urbana só percebia até um salário-mínimo (Abranches, 1985). A pobreza se dissemina por toda a rede urbana, apresentando entretanto maior incidência na região Nordeste e maior concentração nas pequenas e médias cidades. Que não se minimize entretanto a dimensão da pobreza nas áreas metropolitanas: de acordo com a PNAD 85 é marcante sua concentração no eixo Rio-São Paulo que sozinhos reúnem 47% dos pobres nas metrópoles brasileiras, somando ao todo mais de 4,5 milhões de pessoas carentes (Hasenbalg & Silva, 1988:77-80).

Acompanhando o processo de metropolização, assistiu-se ao que os cientistas sociais brasileiros denominaram de “periferização”: o crescimento rápido e desordenado das franjas metropolitanas a partir de processos de parcelamento do solo levados a cabo por pequenos e médios agentes imobiliários que se especializaram em “driblar” a legislação urbanística, criando loteamentos irregulares, muitas vezes clandestinos. Periferização refere-se também ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora, empurrada cada vez

mais para longe da área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo. O fenômeno é o resultado de uma combinação de fatores: o empobrecimento crescente dos estratos baixos e da classe trabalhadora em geral; a expulsão das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado do aluguel; a crescente especulação imobiliária (Santos, 1980).

Muito embora o processo de periferização tenha começado a se manifestar antes da década de 70 (tanto no Rio, como em São Paulo, como nas demais metrópoles secundárias), foi neste momento que sua visibilidade foi realçada pela literatura especializada. A pobreza urbana como que se deslocara em bloco para as franjas urbanas. As taxas de crescimento nos municípios das periferias metropolitanas haviam se tornado muito superiores às taxas de crescimento nos núcleos metropolitanos (Davidovitch, 1987 e Faissol *et alii*, 1987 oferecem dados muito expressivos de tal tendência).

A “explosão” vivida pela periferia não foi, no entanto, função apenas dos deslocamentos intrametropolitanos. A mesma se havia tornado, desde a década de 70, o espaço-mor de recepção dos migrantes que continuavam a acorrer às várias metrópoles brasileiras (Taschner & Bogus, 1986). No Rio de Janeiro, por exemplo, a partir de 1970 assiste-se ao “declínio da favela” em prol da periferia. Tal tendência resultou da política incisiva de remoção que eliminou do espaço nada menos que 80 favelas (Valladares, 1978) bem como da crescente dificuldade de criação de novas favelas dentro do núcleo metropolitano. Muito embora as favelas antigas, que foram poupadas da remoção, tenham continuado a crescer por meio da verticalização (há favelas onde os prédios já alcançaram o sexto andar!) o custo de moradia na favela, com o mercado de aluguéis se desenvolvendo, acompanhando a inflação, praticamente inviabilizou a permanência de muitos, bloqueando por outro lado a entrada dos migrantes recém-chegados. O destino mais freqüente do pobre tornou-se a periferia. Levantamentos realizados pelo IPLANRIO dão conta em 1980 da existência de 376 favelas e 427 loteamentos irregulares, dos quais cerca de 60% surgiram na década de 60-70, paralelamente à diminuição da taxa de crescimento da população favelada que passou de 97,9% em 1960 a 68,7% em 1970 e a 27,8% em 1980 (Cavallieri, 1986:20). Estes dados sustentam a hipótese da saturação do “modelo favela” como fora definido por autores como Turner (1969) e a ascensão do “modelo periferia” como definido por Bonduki & Rolnik (1979) e Santos (1980).

3.1. Da Favela à Periferia: Os "Moradores", Novos Atores Sociais

Esta nova territorialidade da pobreza colocou em evidência o chamado "morador de periferia" em detrimento do "favelado", reificado pela teoria da marginalidade e até então reconhecido como o pobre urbano por excelência. A nova categoria, mais comumente referida como "morador" traz como novidade o fato de remeter não apenas a uma forma de morar que é distinta da favela (nos loteamentos predominam a baixa densidade; a distância do centro implica inúmeras horas gastas em transporte coletivo para chegar ao trabalho e ter acesso aos equipamentos coletivos) mas de remeter também a um modo dos indivíduos procederem enquanto sujeitos e atores sociais – modo este que parecia inédito no âmbito do comportamento das camadas populares. Na interpretação dos cientistas sociais, a vivência comum da segregação urbana geraria identidades coletivas fundadas na condição de morador pobre; geraria também a consciência de interesses comuns na luta pelos direitos de cidadania.

A extensa literatura existente no Brasil sobre os movimentos sociais urbanos (vejam-se as resenhas bibliográficas de Machado da Silva & Ziccardi, 1980; Cardoso, 1986; Jacobi, 1987; Kowarick, 1987) acabou por eleger os moradores da periferia como os "novos excluídos" pelo capitalismo brasileiro contemporâneo. Acabou também atribuindo-lhes importante papel político na luta geral travada pela redemocratização do país iniciada na década de setenta. O título do livro de Gohn (1985) – "A Força da Periferia" – expressa bem o consenso da academia quanto ao peso atribuído aos inúmeros movimentos reivindicatórios por saneamento básico e saúde, creches, legalização de terrenos, transporte coletivo etc. deflagrados em todas as grandes cidades brasileiras a partir daquela década. Menos consensual é a natureza e o significado destes movimentos para o processo de transformação social (Telles, 1987; Boschi, 1987; Jacobi, 1989). Para alguns se trata, efetivamente, de movimentos populares dotados de autonomia, independentes em relação aos partidos e sindicatos – um ator político em si mesmo. Para outros os movimentos atuariam principalmente como eficazes grupos de pressão sobre o Estado para obter resposta às suas demandas e necessidades. Para além da diversidade de interpretações o interessante é ressaltar que se reconhece nos movimentos de moradores formas coletivas de construção da cidadania (Durham, 1984) até então não identificados entre as camadas populares urbanas. É como se, finalmente, se iniciasse o processo de resgate de uma cidadania que muito embora

outorgada a todos os brasileiros com a implantação da República ficara, por quase cem anos, restrita na realidade a uns poucos. A compreensão de que o atendimento a necessidades e carências é na realidade um direito social, que vem orientando a prática dos movimentos populares, é parte importante deste processo de "atualização" da cidadania.

O discurso econômico sobre a pobreza também ganha novos contornos a partir dos anos 70. A visão dualista do mercado de trabalho se rompe (Oliveira, 1975), sendo substituída pela abordagem do chamado "setor informal". Continua-se a reconhecer a existência de dois setores, agora batizados de "formal" e "informal" (em lugar de "moderno" e "tradicional") mas se insiste na complementaridade, articulação e até mesmo concorrência entre setores. Definido como um mercado de fácil entrada (à medida que não exige qualificação nem grande capital) o setor informal abrange um sem-número de atividades que vão desde estratégias de sobrevivência até atividades lucrativas e especializadas que buscam na "informalidade" uma forma de burlar o fisco e fugir de qualquer controle estatal. Muito embora se reconheça uma associação íntima entre a expansão do setor terciário e a do setor informal, refuta-se a tese da superurbanização. Não parece mais apropriado falar-se de um terciário "inchado" por um exército de subempregados quando se sabe que o terciário se expande, e muito, vinculado à própria expansão das atividades industriais e dos serviços ligados ao consumo das classes altas e médias. Como bem mostra Oliveira (1975) ao traçar o panorama das transformações por que passou a economia brasileira nos últimos cinquenta anos, o crescimento do terciário deve ser entendido como parte do modo de acumulação urbano-industrial adequado à expansão do capitalismo.

Na abordagem do setor informal a referência básica não é mais o subemprego. Acredita-se que, bem ou mal, o dinamismo do mercado informal absorve população, deixando poucos de fora. A tendência é mais de incluir que de excluir indivíduos e famílias, muito embora o grau de absorção possa variar e gerar baixos rendimentos. Fala-se agora em "trabalhador por conta própria" ou "trabalhador independente" ou ainda "pequeno produtor independente". A introdução da palavra trabalhador para denominar aqueles que exercem atividades de natureza intermitente e esporádica é reveladora: entende-se agora que a economia urbana pode não oferecer emprego e salários para todos (emprego no sentido ocidental clássico do termo) mas assegura trabalho, ainda que este se refira a uma atividade irregular e mal paga. Entende-se agora que os "por conta própria" fazem parte da divisão social do trabalho.

Pesquisas empíricas realizadas sob esta ótica (Lopes *et alii*, 1979; Souza & Faria, 1979) identificaram uma estratégia familiar de manter diferentes membros da família em situações distintas frente ao mercado de trabalho. Identificaram também a tendência de passagem de uma situação de emprego regular para o trabalho por conta própria. A transferência se dá, em geral, por livre opção, baseada na expectativa de obtenção de melhores ganhos com a "independência". A possibilidade de volta ao trabalho regular assalariado não é descartada, e a trajetória ocupacional do pobre urbano freqüentemente alterna a situação do trabalho autônomo com o assalariamento e o desemprego (Prandi, 1978).

3.2. Nasce Uma Nova Oposição: Trabalhadores Pobres x Bandidos

Um salto fora indubitavelmente dado em relação às concepções anteriores de trabalho e pobreza. O trabalhador já não é mais concebido como sendo, exclusivamente, aquele que detém um emprego assalariado e um vínculo de trabalho com o setor moderno da economia. Tampouco o "trabalhador" e o "pobre" (vadio) são entendidos como categorias distintas como pregava a ideologia dominante na virada do século. Agora, pelo menos em princípio, todos aqueles que desempenham algum tipo de atividade econômica são considerados trabalhadores. Todos os tipos de inserção no mercado de trabalho são considerados de alguma maneira como uma forma de trabalho. A experiência de trabalho é que é diferenciada entre os indivíduos.

Mais significativo ainda, reconhece-se que os trabalhadores acabaram se tornando "trabalhadores pobres". A pobreza incide maciçamente até mesmo sobre os trabalhadores regularmente empregados! Em 1980 de 4,4 milhões de famílias classificadas como "miseráveis", 3,2 milhões tinham todos os seus membros incorporados ao mercado formal de trabalho, como revelou o surpreendente estudo de Pastore *et alii* (1983). O salário mínimo, em crescente deterioração há inúmeras décadas, apresentando uma evolução negativa acentuada desde o final dos anos 70, acabou por levar a uma sobrecarga de trabalho por meio da extensão da jornada de trabalho e da mobilização de crianças em idade escolar, aposentados, maiores de 70 anos... A família pobre, trabalhadora, se viu cada vez mais obrigada a apelar para as chamadas "estratégias de sobrevivência" dentre as quais o trabalho de crianças e jovens na rua, configurando o quadro fatídico do menor de rua.¹²

Este conjunto de visões do mundo do trabalho e do mundo da pobreza reflete, obviamente, as transformações que ocorreram na base econômica da sociedade brasileira. O discurso sobre a pobreza não é, no entanto, fruto exclusivo da base material da sociedade mas se reporta, também, à sua base moral. Como visto ao longo deste texto, a matriz fecundada na virada do século opondo o trabalhador ao vadio estava fundada na idéia de uma recusa moral seja do trabalho seja das normas de convivência que regiam a sociedade urbana. A identidade do trabalhador se constituía por oposição a quem não laborava mas também, e sobretudo, a quem não queria se submeter aos valores dominantes. Quase cem anos depois assiste-se à superação da oposição "trabalhador X vadio". Dissemina-se a categoria "trabalhadores pobres". Generaliza-se a idéia de que a pobreza remete, antes de tudo, ao mundo da carência. A "vadiagem" só permanece enquanto uma noção policial e jurídica presente no Código Penal (Artigo 59 da Lei das Contravenções Penais) servindo apenas para qualificar alguns dentre o enorme contingente de trabalhadores e moradores das cidades.

Observe-se, no entanto, que "trabalhadores pobres" logo encontrou seu oposto – a categoria "bandido" – de uso corrente na linguagem popular e incorporada enquanto categoria social pela academia (Zahar, 1985). Volta a velha associação entre pobreza e criminalidade, alimentada pela percepção de que a criminalidade violenta estaria aumentando para patamares cada vez mais altos nas grandes metrópoles, alimentada também pela crença de que desemprego, pobreza e crise estariam associados casualmente (Coelho, 1988). Há, porém, uma diferença fundamental em relação ao passado: os bandidos dos anos 80, muito embora originários da classe pobre, são ricos! Zalar (1985), que vem se dedicando há alguns anos a estudar o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, tem repetidamente mostrado que se trata de uma grande organização empresarial cujos líderes, residentes em algumas das favelas mais consolidadas, dispõem de grandes somas em bens e dinheiro. Entrevistas feitas com alguns deles sugerem uma ideologia particular, distante do que a sociedade imagina. O bandido, que já foi trabalhador, não apenas recusa o trabalho por considerar que o mesmo não remunera (o trabalho não compensa) como considera o trabalhador um "otário", que labora cada vez mais para ganhar cada vez menos. Ainda,

¹² Sobre a categoria "menor" e "menino de rua" ver o texto de Alvim e Valladares (1988) que oferecem um exame detalhado da produção intelectual voltada para a infância pobre no Brasil nos últimos cem anos.

segundo Zaluar, o bandido ao se opor ao trabalho estaria de certa forma associando o trabalho à escravidão, associação esta que se acreditava superada, decorridos 100 anos da Abolição ...

De certa forma fechou-se um círculo, e um século... Paradoxalmente seria o bandido e não o trabalhador (que na realidade sempre foi pobre) que teria consciência da ambigüidade que vem marcando a longa trajetória da constituição e transformação da força de trabalho urbana no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique (1985). *Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 93 p.
- ABREU, Maurício de Almeida (1986). "Da Habitação ao Habitat: A Questão da Habitação Popular no Rio de Janeiro e sua Evolução". *Revista Rio de Janeiro*, nº 2, abril, pp. 47-58.
- ALVIM, Maria Rosilene e VALLADARES, Licia (1988). "Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura". *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 26, 2º semestre, pp. 3-37.
- BACKHEUSER, Everardo (1906). *Habitações Populares*; relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- BENCHIMOL, Jaime Larry (1982). *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano, COPPE/UFRJ, 3v.
- BONDUKI, Nabil Georges & ROLNIK, Raquel (1979). *Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho*. Fundação para Pesquisa Ambiental, FAU-USP, 130 p.
- BOSCHI, Renato Raul (1987). *A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil*. São Paulo, Vértice/IUPERJ, 199 p.
- BRANDÃO, Berenice Cavalcante et al (1981). *A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais/Departamento de História, Série Estudos, nº 4, PUC.
- BRESCIANI, Maria Stella M. (1984). *Londres e Paris no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza*. 2ª edição, Coleção Tudo é História, nº 52, São Paulo, Brasiliense, 127 p.
- BRIGGS, Asa (1963). *Victorian Cities*. Harmondsworth, Penguin Books, 412 p.
- CANO, Wilson (1977). *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*. São Paulo, Difel, 317 p.

- CARDOSO, Fernando Henrique (1969). *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 238 p.
- . & REYNA, José Luís (1967). "Industrialização, Estrutura Ocupacional e Estratificação Social na América Latina." *Dados*, nº 2/3, pp. 4-31.
- CARDOSO, Ruth (1983). "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico". In SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H.T. de (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, pp. 215-239.
- CARVALHO, José Murilo de (1987). *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República Que Não Foi*. São Paulo, Cia. das Letras, 196 p.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de (1985). "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro". *BIB - Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 20, pp. 3-22.
- CAVALLIERI, Paulo Fernando (1986). "Favelas Cariocas: Mudanças na Infra-Estrutura". *4 Estudos*, Rio de Janeiro, IPLAN-RIO, pp. 19-38.
- CHALHOUB, Sidney (1986). *Trabalho, Lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 249 p.
- CHESNEY, Kellow (1982). *The Victorian Underworld*. Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 464 p.
- COELHO, Edmundo Campos (1988). "A Criminalidade Urbana Violenta". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 31, nº 2, pp. 145-183.
- CONIFF, Michael (1981). *Urban Politics in Brazil: The Rise of Populism, 1925-1945*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 227 p.
- COSTA, Jurandir Freire (1979). *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 282 p.
- COSTA, Nilson do Rosário (1983). "Estado e Políticas de Saúde Pública (1889-1930)". Tese de Mestrado, IUPERJ, 172 p.
- DAVIDOVITCH, Fany (1987). "Transformações do Quadro Urbano Brasileiro: Período 1970-1980". *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 49, nº 4, p. 724.
- DURHAM, Eunice (1973). *A Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 245 p.
- . (1984). "Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 1, pp. 24-30.
- ENGEL, Magali G. (1986). "A Cidade, as Prostitutas e os Médicos". *Revista do Rio de Janeiro*, vol. 1, nº 3, pp. 31-39.
- FAISSOL, Speridião (1987). "O Processo Brasileiro de Urbanização: uma Contribuição à Formulação de uma Política de Desenvolvimento Urbano Regional". *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 49, nº 2, pp. 57-116.
- FARIA, Vilmar (1983). "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos". In SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. T. de (orgs.) *Sociedade Política no Brasil 1963-64*, São Paulo, Brasiliense, pp. 118-163.

FREYRE, Gilberto (1963). *Casa Grande e Senzala*. 12ª ed., Brasília, UnB.

GOHN, Maria da Glória Marcondes (1985). *A Força da Periferia: A Luta das Mulheres por Creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 187 p.

GOMES, Angela de Castro (1988). *A Invenção do Trabalho*. São Paulo, Vértice/Iuperj, 343 p.

—. & FERREIRA, Marieta de Moraes (1987). "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise". *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. n° 24, 2ª sem., pp. 11-40.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle (1983). *Estrutura Social. Mobilidade e Raça*. Co-edição, Vértice/Iuperj, 200 p.

HIMMELFARB, Gertrude (1984). *The Idea of Poverty: England in the Early Industrial Age*. London, Faber and Faber, 595 p.

HOFFMAN, Helga (1977) *Desemprego e Subemprego do Brasil*. São Paulo, Ática, 183 p.

JACOBI, Pedro (1980). "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80". *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n° 23, pp. 18-34.

—. (1989). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Demandas por Saneamento Básico e Saúde*. São Paulo, Cortez, 166p.

JESUS, Carolina Maria de (1976). *Quarto de Despejo*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 184 p.

KOWARICK, Lúcio (1975). *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 188 p.

—. (1987). *Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 133 p.

—. (1987). "Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: Uma Análise da Literatura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n° 3, pp. 38-50.

—. & ANT, Clara (1982). "Cortiço: Cem Anos de Promiscuidade". *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 1, n° 1, abril, pp. 59-64.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. (1986). "Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: o Rio de Janeiro de 1844-1914". *Revista do Rio de Janeiro*, vol. 1, n° 3, pp. 53-73.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (1978). *História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*. Rio de Janeiro, IBNEC, 2v., 994 p.

LOPES, José Sérgio Leite et al (1979). *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 226 p.

LOPES, Juarez Brandão (1964). *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel.

—. (1968). *Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional/INL 215 p.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio & ZICCARDI, Alicia (1980). "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos". *Cadernos CERU*, n° 13, pp. 79-95.

MELLO E SOUZA, Laura de (1982). *Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século 18*. Rio de Janeiro, Graal, 237 p.

MOLLAT, Michel (1989). *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro, Campus, 319 p.

OLIVEIRA, Francisco de (1975). "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". *Estudos CEBRAP*, n° 2.

PASTORE, José et al (1983). *Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-198 (O que Ocorreu com a Família Brasileira?)*. São Paulo, Pioneira/FIPE, 152 p.

PEREIRA, Luiz (1969). "Urbanização e Subdesenvolvimento". In PEREIRA, Luiz (org.) *Urbanização e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 61-80.

PRANDI, José Reginaldo (1978). *O Trabalhador por Conta Própria Sob o Capital*. São Paulo, Símbolo, 165 p.

RAGO, Margareth (1985). *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 209 p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (1989). "The Constitution of Real-Estate Capital and Production of Built-up Space in Rio de Janeiro, 1870-1930". *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 13, n° 1, 47-67.

RIO, João do (Paulo Barreto) (1987). *A Alma Encantada das Ruas: Crônicas/João do Rio*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 224 p.

ROCHA, Oswaldo Porto (1986). *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. CARVALHO, Lia de Aquino (1986). *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares: Rio de Janeiro, 1886-1906*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Deptº Geral de Cultura e Informação, 187 p.

SABÓIA, João L. M. (1984). *Evolução Histórica do Salário Mínimo no Brasil: Fixação, Valor Real e Diferenciação Regional*. Rio de Janeiro, Programa Nacional de Pesquisa Econômica, *Série Fac-Símile*, n° 15.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (1980). "Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros". In VALLADARES, Licia (org.) *Habitação em Questão*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 17-41.

—. (1981). *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Zahar, 255 p.

SANTOS, Milton (1967). "Crescimento Nacional e Nova Rede Urbana: o Exemplo do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 29, n° 4, out./dez.

—. (1979). *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 345 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1985). "A Pós-Revolução Brasileira". In: JAGUARIBE, Helio (org.) *Brasil: Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio, pp. 223-335.

SEVCENKO, Nicolau (1983). *Literatura como Missão: Tensões e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 251 p.

SILVA, Eduardo (1988). *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 157 p.

SOUZA, Guaraci & FARIA, Vilmar (orgs.) (1980). *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes, 214 p.

- TASCHNER, Suzana Pasternak & BÓGUS, Lucia Maria Machado (1986). "Mobilidade Espacial da População Brasileira: Aspectos e Tendências". *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 3, nº 2, jul./dez., pp. 87-129.
- TELLES, Vera da Silva (1987). "Movimentos Sociais: Reflexões sobre a Experiência dos Anos 70". In WARREN, Ilse Scherer & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense, pp. 54-85.
- TOLOSA, Hamilton C. (1975). "Dualismo no Mercado de Trabalho Urbano". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 5, nº 1, pp. 1-35.
- TURNER, John (1972). "Uncontrolled Urban Settlement: Problem and Policies". In BREESE, Gerald (ed.) *The City in Newly Developing Countries*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall International, pp. 507-534.
- VALLADARES, Licia (1978). *Passa-se Uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 142 p.
- . (1983). "Estudos Recentes sobre a Habitação no Brasil: Resenha da Literatura". In: VALLADARES, Licia (org.) *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 21-77.
- VAZ, Lilian (1986). "Notas sobre a Cabeça de Porco". *Revista do Rio de Janeiro* nº 2, pp. 29-35.
- VOGT, Carlos (1983). "Trabalho, Pobreza e Trabalho Intelectual (o Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus)". In SCHWARZ, Roberto (org.) *Os Pobres na Literatura Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, pp. 204-213.
- WEID, Elisabeth Von der & BASTOS, Ana Marta Rodrigues (1986). *O Fio da Meada: Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil*. Rio de Janeiro, FCRB-CNI, 303 p.
- ZALUAR, Alba (1985). *A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 265 p.

ORIGENS DO CORPORATIVISMO BRASILEIRO*

Vanda Maria Ribeiro Costa

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a predominância do interesse privado e a apropriação privada dos recursos gerados socialmente e geridos pelo Estado estão indissolúvelmente associadas ao corporativismo. Em outros contextos práticas semelhantes estão associadas ao liberalismo.

Esta curiosa convergência de resultados derivados de práticas via de regra contraditórias pode ser relacionada ao formato paradoxal que o corporativismo assumiu entre nós.

Arranjos corporativos são fórmulas de institucionalização do conflito entre interesses de classes antagônicas, levando-as ao diálogo ou a regras mínimas de convivência sob a arbitragem do Estado. Entre nós, este arranjo produziu o completo distanciamento das classes que supostamente deveria aproximar. Organizando-se em estruturas paralelas, sem nenhuma articulação institucionalizada entre si, as entidades representativas da classe patronal e da classe operária

* Este texto faz parte de um capítulo da tese de doutorado que preparo para apresentar ao IUPERJ. Agradeço a meus companheiros de trabalho no CPDOC/FGV pelas sugestões e críticas, bem como a Renato Boschi e Wanderley Guilherme dos Santos.